



EMENDA DE PLENÁRIO Nº /2020
(ao PL nº 4.372, de 2020)

Modifique-se a alínea b do inciso II do parágrafo único do Art. 26 do PL nº 4.372/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

Parágrafo único.

II -
.....

b) aqueles integrantes de equipes multiprofissionais, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A proposta, como formulada no Projeto aprovado na Câmara dos Deputados, é inconstitucional, pois ataca o principal fundamento da política de fundos na educação: a valorização dos profissionais do magistério, como fator de indução da qualidade na oferta.

Afronta o debate da EC 108/20, que não apenas encerrou a prática de inserir o pagamento de inativos com os recursos das ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, a partir da vedação expressa do §7º acrescido ao art. 212 da CF, bem como expressamente estabeleceu, pelo art. 212-A, inciso XI, que o modelo de fundos se volta aos “profissionais da educação básica em efetivo exercício” incorporando o acúmulo jurídico em torno do conceito.

Assim, faz-se necessário excluir a possibilidade de pagamento de terceirizados e os integrantes das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público, deixando unicamente a previsão de integrantes de equipes multiprofissionais, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Sala das sessões,

Senador Randolfe Rodrigues
REDE/AP



SF/20535.46184-49